

Institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico: divergências metodológicas no campo da Ciência Política

Fernando Ribeiro¹

Resumo

O artigo apresenta uma resenha crítica dos elementos definidores do Institucionalismo da Escolha Racional e do Institucionalismo Histórico. Para tanto, após contextualizar a emergência do Novo Institucionalismo no pensamento social estadunidense ao final dos anos sessenta, o artigo detalha os elementos metodológicos caros a cada uma das linhas de pensamento. Nesse esforço são levantadas problematizações e qualificações às respectivas posturas metodológicas. O artigo apresenta-se como um possível acesso inicial ao Novo Institucionalismo àqueles que estejam orientando suas pesquisas para esse campo das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Novo Institucionalismo; Institucionalismo Histórico; Institucionalismo da Escolha Racional

Abstract

The article presents a critical review of the defining elements of the Rational Choice Institutionalism and Historical Institutionalism. Therefore, after contextualizing the emergence of the New Institutionalism in American social thought at the end of the sixties, the article details the methodological elements dear to each of the lines of thought. In this effort are raised qualifications to their methodological approaches. The article presents itself as a possible initial access to the New Institutionalism to those who are directing their research to this field of Social Sciences.

Key words: New Institutionalism; Historical Institutionalism; Rational Choice Institutionalism

¹ Doutor em Ciências Sociais (Ciência Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Departamento de Economia da PUC-SP e do INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa.

Introdução

A discussão contemporânea sobre sistemas de governo e, em especial, sobre as relações entre cada sistema de governo e a estabilidade constitucional, tema que perpassa o pensamento político ocidental há dois milênios, dá-se na matriz teórica hegemônica no campo da Ciência Política². Esta hegemonia se desdobra no âmbito daquilo que, de forma muito geral, chama-se novo institucionalismo (HALL e TAYLOR, 2003).

Impõe-se, portanto, a necessidade de uma reflexão, desde logo crítica, sobre preceitos, preconceitos, hipóteses, estruturas e formulações teóricas dessa vasta e variada reflexão que se abriga sob o nome de institucionalismo e suas diversas variantes: institucionalismo da escolha racional, institucionalismo histórico, antigo institucionalismo, institucionalismo construtivista, institucionalismo de redes etc.³. Dessa forma, busca-se nesse trabalho problematizar dois aspectos das matrizes metodológicas do institucionalismo: (*i*) no que consiste o novo institucionalismo em termos metodológicos; e (*ii*) quais suas limitações na apreensão do fenômeno político em geral.

Em primeiro lugar, como indicado imediatamente acima, o novo institucionalismo caracteriza-se pelo que não é: uma corrente de pensamento unificada (HALL e TAYLOR, 2003; MARCH e OLSEN, 2008; RHODES, BINDER e ROCKMAN, 2008). Em texto originalmente publicado em 1996, Hall e Taylor (2003) identificam ao menos três “métodos de análise”: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico, todas pretendendo “elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” (p. 194). Basta pouco mais de uma década e a taxonomia amplia-se para incorporar, além das três vertentes, o institucionalismo construtivista, o institucionalismo de redes, bem como a abertura para a defesa do “velho institucionalismo”, sem falar do institucionalismo econômico (RHODES, 2008; RHODES, BINDER e ROCKMAN, 2008).

Pode-se entender a emergência do novo institucionalismo como uma resposta à prevalência das abordagens comportamentalistas no âmbito das ciências sociais após a II Guerra Mundial (HALL e TAYLOR, 2003; PERES, 2008; RIKER, 1980 e SHEPSON, 2008). Este comportamentalismo, desde logo inspirado na psicologia estadunidense

² Usa-se aqui a noção de campo científico formulada por Bourdieu (2003a).

³ Para um survey das ramificações contemporâneas do(s) institucionalismo(s) indica-se: Rhodes, Binder e Rockman (2008).

se, mostra-se impregnado de ditames positivistas: tratar-se-ia de se aproximar as ciências sociais, a exemplo daquilo proposto para a psicologia, às ciências naturais na medida em que a psicologia constituir-se-ia em um ramo objetivo e experimental das ciências naturais cujo objeto de estudo é a previsibilidade do comportamento (WATSON, 1928).

Do ponto de vista da Ciência Política, as abordagens comportamentalistas, se de um lado trouxeram a preocupação de se efetuar levantamentos de elementos empíricos e seu tratamento por meio de análises quantitativas bem como a possibilidade de elaboração de estudos comparativos, já utilizados pela Antropologia (notadamente Radcliffe-Brown [1952] apud Melatti (1978))⁴ e pela Sociologia, de outro reduziram os sistemas políticos a padrões de comportamentos apreendidos por meio de *surveys* e de pesquisas de opinião, fazendo-se, portanto, tábula rasa para o contexto institucional da dinâmica política (PERES, 2008).

Uma espécie de agenda pós-comportamentalista emerge na Ciência Política estadunidense ao final dos anos 60 e a referência é a recolocação das instituições como elemento definidor da autonomia disciplinar da Ciência Política (SANDERS, 2008). Dessa forma, o novo institucionalismo emerge como uma condensação entre, de um lado, a manutenção dos traços positivistas do comportamentalismo: objetividade/racionalidade, empirismo, formalizações, método dedutivo (escolhas racionais) e, de outro lado, como apontado, recoloca a primazia, herdada do velho institucionalismo, das instituições na dinâmica das escolhas sociais. Contudo, advoga-se o abandono de um alegado formalismo jurídico, do suposto caráter especulativo e normativo das reflexões políticas, bem como do método indutivo presentes na tradição política clássica e moderna (PERES, 2008).

Em segundo lugar, como apontado anteriormente, o que se estrutura como modelo de apreensão e racionalização da política para além das convergências apontadas são diferentes “métodos de análise” (HALL e TAYLOR, 2003, p.193). É fundamental salientar, portanto, que o novo institucionalismo não traz em si, por definição, a primazia e a cristalização das instituições ou mesmo seu esgotamento como elementos explicativos da dinâmica social ou, mais especificamente, da vida política.

Dessa forma, no que se segue apontam-se os elementos metodológicos que caracterizam o institucionalismo histórico. Em seguida, são

⁴ Ver, por exemplo: “O método comparativo em antropologia social” (MELATTI, 1978).

abordados os pontos que determinam as especificidades do institucionalismo da escolha racional. Por fim, são alinhadas as considerações finais.

Institucionalismo histórico

Os pontos definidores do institucionalismo histórico referem-se, primeiro, à eleição de um projeto científico que se preocupa em elucidar a construção, manutenção e adaptação das instituições. Em segundo lugar, a aproximação a tais temas se dá pela percepção de que os atores políticos detêm metas e objetivos, o que se mostra como uma finalidade da ação social mais ampla do que sujeitá-la exclusivamente a fins racionalmente definidos e associados à otimização de escolhas entre diferentes opções de políticas públicas, que é a hipótese comportamental da escolha racional (SANDERS, 2008).

Em terceiro lugar, o institucionalismo histórico elege como objeto de estudo, portanto, não apenas o indivíduo hipotético-dedutivo, mas o coletivo de agentes em interação contínua, seja no âmbito de instituições, seja com os atores que pressionam por mudanças institucionais. Nesse sentido, os resultados das escolhas sociais são mais fluidos e imprevisíveis, uma vez que as interações se dão entre agentes cujas ações detêm finalidades mais amplas e entre agentes dentro e fora das instituições. Ademais, busca-se uma compreensão da dinâmica de prazos mais dilatados (SANDERS, 2008).

A identificação da estruturação, manutenção e adaptação das instituições ao longo de maiores períodos de tempo leva a escola do institucionalismo histórico para o campo do idealismo:

[...] the obvious fact that ideas serve as mobilizing forces for collective action by social groups that want to create or change institutions; and for institutional actors themselves, ideas serve as the glue that holds an administration, party, or agency together in its tasks, help to garner public support, and provide a standard to evaluate the institution's policy outcomes (SANDERS, 2008, p.42).

Assim, para a abordagem histórica, as instituições emergem como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não que se mostram como “inerentes à estrutura organizacional da comunidade política” (HALL e TAYLOR, 2003, p.196). Ou seja, instituições do sistema político relevantes para a agenda de pesquisa em Ciência Política nos EUA nos anos recentes traduzir-se-iam no Poder Legislativo, no Poder Executivo etc. Como regras próprias e

formalmente “inerentes” a tais organismos ter-se-iam os artigos constitucionais que regem as relações entre os poderes, o estatuto formal interno ao Poder Legislativo.

Contudo, não se deixa de incluir relações não formais ou formalizadas entre os poderes, mas que se estruturam ao longo do tempo. Em suma, elementos de natureza substantiva que regem dinâmicas relacionais para além dos formalismos institucionais, mas que, simultaneamente, emergem como estruturas institucionais a serem preenchidas por diferentes interpretações e estratégias dos agentes.

As relações indivíduos-instituições são apreendidas na abordagem histórica a partir de uma perspectiva cultural. Neste caso, os comportamentos não são – como realmente não o são – apenas e totalmente estratégicos e otimizadores. Ao contrário, os agentes respondem às interpretações que fazem do mundo, ou da comunidade política. As instituições ganham uma dimensão moral e cognitiva na medida em que se constituem como símbolos que orientam a interpretação e a escolha da ação a qual não será unicamente relacionada a fins como também à identidade e às preferências: “não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam as ações” (HALL e TAYLOR, 2003, p.198).

Ao longo do tempo as instituições permanecem simplesmente por serem componentes elementares a orientarem as ações individuais e coletivas. Ou seja, precedem os indivíduos e mutações nos protocolos e convenções sequer surgem como objetivos das ações individuais. São, antes, traços estruturantes das identidades, das preferências, dos modelos interpretativos e do leque de possíveis ações a serem adotadas. Não há, portanto, resultados equilibradores e estabilizadores das dinâmicas políticas.

A ausência de equilíbrio otimizador não implica a dissolução institucional. Na matriz histórica verifica-se, portanto, a possibilidade de distribuições assimétricas de acessos aos recursos institucionais necessários aos processos decisórios. Esta aproximação pode ser encontrada nos estudos de Figueiredo e Limongi (1999), ao tratarem das distribuições desiguais de recursos necessários aos procedimentos decisórios no âmbito da Câmara dos Deputados (deputados x colégio de líderes; deputados x partidos; partidos da coalizão x partidos de oposição).

A explicação da persistência institucional ao longo do tempo mostra-se indutiva. Respostas políticas aos problemas do dia dependem de um processo histórico antecedente que condiciona o leque de reações possíveis, no âmbito do sistema político, ao elemento causal.

Protocolos, estatutos, regras mais ou menos formais estruturam o conjunto de possibilidades interpretativas e reativas mediante interpretação e reações outrora acionadas. A trajetória percorrida em termos de interpretações e de pertencimentos a conjunto de normas, regras e protocolos definirá, também mediante contextos específicos (daí o apelo ao método indutivo), as possíveis reações aos problemas do dia.

Institucionalismo da escolha racional

Embora o novo institucionalismo apresente-se por meio de uma diversidade de temas, a abordagem da escolha racional reclama para si certa hegemonia não apenas no contexto dos institucionalismos, mas também da Ciência Política em geral: “its mantra was that ‘institutions matter’ and its mission evolved into reshaping not only legislative studies but also political science at large” (DIERMEIER e KREHBIEL, 2003, p.124).

O institucionalismo da escolha racional logrou construir sua própria tradição em termos de uma história de pensamento. Inicialmente alocam-se os procedimentos da economia neoclássica na formalização e racionalização das escolhas sociais. Nesse sentido, as contribuições julgadas relevantes referem-se aos trabalhos de Arrow (1951) sobre a impossibilidade de agregações horizontais de preferências; de Downs (1957) relativamente à alocação das preferências em um plano bidimensional resultando na primazia do eleitor médio em termos de estratégias eleitorais e, finalmente, de Buchanan e Tullock (1962), com a proposição de modelos de comportamento dos legisladores a partir da idéia de comércio de votos (PERES, 2008; DIERMEIER e KREHBIEL, 2003, FERREJOHN e CALVERT, 1984 e RIKER, 1980).

O elemento relevante dessa literatura diz respeito à impossibilidade de equilíbrio nas escolhas sociais. Esta agenda de pesquisa inicia-se nos estudos sobre a dinâmica do legislativo federal dos EUA. Em termos teóricos a somatória horizontal das preferências individuais dos legisladores relativas a opções de políticas públicas postas em votação não representa uma convergência para o “bem comum”.

No mundo das trocas econômicas esta dinâmica das ações individuais apresenta outro resultado em termos agregados: a ação individual, tida como otimizadora e egoísta, resulta na riqueza da nação. Contudo, e isso é fundamental, tais traços egoístas devem ser balizados por um elemento institucional: a estrutura de mercado, preferencialmente (em termos normativos e teóricos) pela concorrência perfeita (SMITH, 1982; SPONVILLE, 2005).

Entretanto, no mundo da política, notadamente nos fóruns de decisões coletivas, a agregação das preferências individuais mostra-se impossível. Dessa forma, o paradoxo que se apresenta é:

the absence of a decisive winner is particularly disconcerting because, after assuming that each voter can order his or her values, it turns out that the group of voters cannot order them. Indeed, the people are coherent but the group is incoherent (RIKER, 1980, p.435).

Assim, como é possível a ocorrência e verificação empírica de escolhas coletivas estáveis (produção legislativa) se a formação de maiorias seria impossível pela agregação das preferências individuais dos legisladores em relação a questões multidimensionais (PERES, 2008; HALL e TAYLOR, 2003; DIERMEIER e KREHBIEL, 2003 e SHEPSLE, 2008)?

A resposta para este dilema apontou para o papel das instituições como elementos modeladores e de parametrização das dinâmicas individuais:

[...] the outcome, then, of the search for equilibria of tastes is the discovery that, failing such equilibria, there must be some institutional element in the regularities (or actual equilibria) we observe (RIKER, 1980, p.443).

Na perspectiva da escolha racional as instituições são compreendidas a partir de duas interpretações. Inicialmente, as instituições são apreendidas como regras ou estruturas de um jogo: definem os atores que participam do jogo, suas possibilidades de ação estratégica, as informações necessárias para a tomada de decisão desses atores bem como o resultado das escolhas individuais dos atores, ou seja, a escolha social. Esta estrutura, como um manual de regras de um jogo, ganha dinamismo quando os atores interagem entre si, levando-se em contas suas preferências individuais as quais são exógenas, vale dizer, os modelos de escolha racional não buscam explicar a ordenação de preferências dos atores segundo a pauta de votação. As instituições são entendidas como “exogenous constrains or as an exogenously givem game form” (SHEPSLE, 2008, p.24).

Exemplos de tais instituições remetem, fundamentalmente, ao poder de agenda, à estrutura partidária das comissões, aos poderes de decisão das comissões, às restrições/possibilidades de encaminhamento de emendas a peças legislativas por parte de legisladores individuais etc. (HALL e TAYLOR, 2003).

Outra forma de se apropriar do conceito de instituições no âmbito da escolha racional refere-se a compreender as estruturas que dão os parâmetros da interação entre os agentes como elementos passíveis de modificação. As instituições não responderiam a um caráter exógeno e sim, poderiam ser eventualmente modificadas por um “decisive player” (SHEPSLE, 2008, p.26).

Em ambas as aproximações, as instituições emergem como elementos que ordenam as expectativas relativas às ações/reações dos agentes. Trata-se de uma matriz que fornece ao agente os elementos necessários para a definição de sua ação mediante as restrições e incentivos definidos claramente pelas regras acordadas (DIERMEIER e KREHBIEL, 2003). As informações simetricamente compartilhadas, a estruturação das expectativas mediante o conhecimento e consentimento com estatutos balizadores de ações; todos esses elementos convergem para um equilíbrio da dinâmica das escolhas sociais, equilíbrio supostamente expresso na estabilidade da produção legislativa (SHEPSLE, 2008, p.26).

Em relação aos seus elementos metodológicos específicos, o institucionalismo da escolha racional aproxima-se sobremaneira da matriz teórica da economia neoclássica. Primeiro, exacerba-se o individualismo metodológico e a suposição extrema de que as ações individuais são sempre racionais relacionadas a fins. Ambos os elementos, estruturados em métodos dedutivos de elevado grau de abstração, caracterizam aquilo que, para um dos principais autores dessa escola, se tornou:

[...] an engine of social scientific research, producing theoretical microfoundations, an equilibrium orientation, deductively derived theorems and propositions about political activity, a comparative statics methodology yielding testable hypothesis, and an accumulation of tools and approaches that are routinely found in the curriculum of major graduate programs (SHEPSLE, 2008, p.23).

A citação explícita as normatizações metodológicas da abordagem e reclama para si uma hegemonia não apenas científica (“social scientific research”) como também social (“in the curriculum of major graduate programs”). Nessa mesma linha, pode-se acrescentar que as menções à hegemonia não são gratuitas. Trata-se de uma fala para a universalização no âmbito da atividade científica “[...] que é o discurso universal por excelência” articulando, nas entrelinhas de suas proposições metodológicas, uma “ideologia justificadora” do império do universal, dos valores estadunidenses (BOURDIEU, 2003b, p.17).

Em segundo lugar surge o agente ou ator cujas ações sociais serão sempre racionais relacionadas a fins. Há aqui também a remissão para elementos caracterizadores da especificidade estadunidense: a celebração e o caminhar no itinerário do destino manifesto constituem “o quadro impensado das artes, das letras e do pensamento político autóctones, mas também e sobre tudo das ciências sociais”. Ou seja, centraliza-se o individualismo metodológico numa ciência que se constrói em um contexto de valoração das liberdades civis (WACQUANT, 2003, p.8).

Dessa forma, o agente individual estrutura-se à imagem e semelhança do consumidor da teoria microeconômica. Sua racionalidade se expressa na constituição de escolhas de cestas de consumo (ou no caso dos legisladores, de projetos de lei de políticas públicas). Tais escolhas são racionais na medida em que o agente ordena as cestas (ou políticas) preferidas e na medida em que suas preferências são transitivas: A é preferida a B e B é preferida a C, logo A é preferida a C, elemento que inviabiliza a transposição do agente para o agregado em termos de estabilidade das escolhas sociais.

Para fins de eficácia científica dos modelos - nesse caso a eficácia empobrece-se e reduz-se apenas à previsibilidade de ação dos agentes, como já apontado por Watson (1928) - a veracidade ou a aderência das hipóteses à realidade é irrelevante (FRIEDMAN, 1953).

Este agente, em terceiro lugar, interage com outros agentes igualmente racionais. Tal interação sustenta-se em expectativas sobre a reação dos outros agentes às condutas adotadas pelo ator. As instituições são exatamente a padronização das expectativas, padronização que viabiliza a interação na medida em que fornece os padrões de resposta esperados dos diferentes atores a diferentes situações diminuindo, dessa forma, a incerteza relativa à ação dos outros atores (HALL e TAYLOR, 2003). Assim,

there is only rational behavior, conditioned on expectations about the behavior and reactions of others. When these expectations about others' behavior take on a particularly clear and concrete form across individuals, when they apply to situations that recur over a long period of time, and specially when they involve highly variegated and specific expectations about the different roles of different actors in determining what actions others should take, we often collect these expectations and strategies under the heading *institution* [...] (CALVIET apud SHEPSLE, 2008, p.26).

A partir de objetivos e de preferências que estariam fora do escopo dos modelos explicativos, dadas, portanto, como exógenas, os

agentes adotariam comportamentos otimizadores no contexto de expectativas de reação dos outros agentes às suas ações iniciais. Ao compartilharem conteúdos de significados os agentes relacionam-se *unicamente* por meio de ações racionais relacionadas a fins. Ignora-se a advertência segundo a qual “a absoluta racionalidade da ação com relação a fins, todavia, tem essencialmente o caráter de construção de um caso limite” (WEBER, 1978, p.142).

Do ponto de vista metodológico, portanto, a escolha racional elege como objeto de estudo a interação, em nível micro/individual, entre as preferências e a maximização de satisfações/utilidade num contexto de restrições institucionais estáveis (sejam exógenas ou parcialmente responsivas a ações de alguns agentes) (SANDERS, 2008).

Considerações Finais

O artigo buscou estruturar uma reflexão crítica dos elementos metodológicos definidores de duas abordagens do Novo Institucionalismo: a do Institucionalismo da Escolha Racional e a do Institucionalismo Histórico. Nesse processo, apontou primeiramente que a taxonomia institucionalista guarda diversas vertentes metodológicas e programáticas. Além disso, indicou que a emergência do Novo Institucionalismo pode ser apreendida na evolução das ideias sociais como uma reação ao comportamentalismo dominante no pensamento social nos EUA, em especial na Ciência Política, ao longo do Pós-Guerra. A reintrodução das instituições no pensamento político deu-se por um lado pelo desafio de se racionalizar o processo decisório no Poder Legislativo dos EUA a partir dos anos 60, e por outro, pela incorporação, no institucionalismo, de procedimentos metodológicos caros à tradição comportamentalista, vale dizer, a busca pela mensuração, objetividade, positivismo.

Em termos metodológicos, ambas as abordagens apresentam-se divergentes em pontos relevantes. No institucionalismo histórico o papel da ação individual dissolve-se na “teia de significados” (GEERTZ, 1989) da cultura, dos valores e das referências que, por fim, acabam por se representar nas instituições e nas próprias leituras cognitivas ou não que os agentes fazem dessas instituições. Dessa forma, a apreensão metodológica da ação individual é menos restrita do que àquela prevalente no institucionalismo da escolha racional.

Nesta matriz, o indivíduo é o centro do projeto de pesquisa, dessa forma, trata-se, desde logo, de uma perspectiva dedutiva calcada em axiomas de racionalidade quase ilimitada do agente. Em lugar de ser permeado por valores, o agente racional é otimizador e opera no

contexto das “regras do jogo” no qual outros agentes também racionais operam. A partir da importação acrítica dos elementos metodológicos do pensamento econômico neoclássico, o qual, por sua vez estrutura-se sobre o utilitarismo de James Mill (1773-1836) e Jeremy Bentham (1748-1832), o institucionalismo da escolha racional acaba por reduzir a ação na polis ao cálculo racional que permeia o objetivo e a ação.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos sociais da ciência**. São Paulo: Unesp, 2003a.

BOURDIEU, Pierre. Dois Imperialismos do Universal. In: LINS, D.; WACQUANT, L. (Orgs). **Repensar os Estados Unidos. Por uma Sociologia do superpoder**. São Paulo: Papirus, 2003b.

DEIRMEIER, Daniel; KREHBIEL, Keith. Institutionalism as a methodology. **Journal of Theoretical Politics**, v.15, n.2, 2003.

FEREJOHN, John; CALVERT, Randall. Presidential coattails in historical perspective. **American Journal of Political Science**, v.28, 1984.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Figueiredo. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FRIEDMAN, Milton. **Essays in positive economics**. Chicago: Chicago University Press, 1953.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.58, 2003.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Elaborating the New Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MELATTI, Julio Cezar. **Radicliffe-Brown**. São Paulo: Ática, 1978.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.68, out. 2008.

RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RHODES, R. A. W. Old Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RIKER, William H. Implications from the disequilibrium of majority rule for the study of institutions. **American Political Science Review**, v.74, n.2, jun.1980.

SANDERS, Elizabeth. Historical Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SHEPSLE, Kenneth A. Rational choice institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SMITH, Adam. **Uma Investigação sobre a causa e a origem da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SPONVILLE, André Compte. **O Capitalismo é moral?** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WACQUANT, Loïc. Apresentação: Sobre a América como profecia auto-realizável. In: LINS, D.; WACQUANT, L. (Orgs). **Repensar os Estados Unidos. Por uma Sociologia do superpoder**. São Paulo: Papirus, 2003.

WATSON, John Broadus. **The Ways of Behaviorisms**. New York: W. W. Norton & Co., 1928.

WEBER, Max. Ação social e relação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Orgs). **Sociologia e sociedade (Leituras de introdução à sociologia)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

Fernando Ribeiro
fernandoribe@hotmail.com

Recebido em 02 out. 2012
Aprovado em 25 out. 2012